

RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)



RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Solange Aparecida de Souza Monteiro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

M775r Monteiro, Solange Aparecida de Souza.
Relações de gênero e as subjetividades em contextos culturais 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-451-1
DOI 10.22533/at.ed.511203009

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I.Monteiro, Solange Aparecida de Souza..

CDD 306.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

SE UM DIA AS MULHERES ENFURECESSEM

Adriana Novais

Em fúria não permitiriam que a televisão pautasse sua beleza.

Em fúria faliriam todas as clínicas de estéticas.

Jamais transariam sem vontade.

Se um dia as mulheres se enfurecessem não aceitariam que o Estado regesse seu corpo.

Em fúria decidiriam se queriam ou não, ter filhos.

Em fúria não usariam roupas desconfortáveis em nome da aparência.

Em fúria usariam apenas a que lhes dessem vontade.

Em fúria não permitiriam que a outra apanhasse.

Em fúria revidariam os tapas na cara, os chutes e os ponta pés.

Em fúria não seria escrava em sua própria casa.

Se um dia as mulheres se enfurecessem, calariam a boca dos padres e dos pastores que pregam o dever da sua submissão.

Em fúria denunciariam todos os abusos cometidos nas igrejas, no trabalho, nas delegacias, nos hospitais e aqueles cometidos dentro das suas casas.

Em fúria, ensinariam as filhas a se defenderem e os filhos a não estuprarem.

Ah! Se um dia as mulheres se enfurecessem, escrachariam todos os companheiros de luta, dos partidos e movimentos, colocariam a nu seu machismo disfarçado no discurso revolucionário.

Em fúria, ocupariam os jornais, as redes de televisão contra a misoginia e o racismo.

Um dia, irmanadas numa grande fúria, todas elas, de todos os lugares, de todas as etnias, esmagariam todas as correntes da sua opressão.

Esmagariam o Estado, a Igreja e a Propriedade

As práticas sexistas podem decidir o que pertence ao mundo masculino e ao feminino, reguladas em estereótipos culturais arraigados desde a idade medieval como um padrão heteronormativo que deve ser seguido pela sociedade, se alguém desviar-se do prescrito será estigmatizado dentro do seu meio. Conforme os relatos de estudiosos nesse e-book, essas práticas são reforçadas na instituição escolar através da diferenciação que alguns docentes fazem do menino e da menina, na formação das filas, dos crachás e até mesmo nas escolhas dos brinquedos. Assim quando as crianças escolhem brinquedos que não são recomendados para o seu gênero conforme o padrão heteronormativo elas são repreendidas na família, na escola e na sociedade

Finco (2003) aponta

[...] relacionar gênero e infância permite que possamos enxergar as múltiplas formas de ser menino e de ser menina que as categorizações não nos deixam ver. Nesse sentido, proporcionaremos a esses meninos e meninas a possibilidade de serem eles mesmos e percorrerem novos caminhos vivenciando a infância na sua inteireza sem a interferência de ninguém padronizando um perfil como certo ou errado (FINCO, 2003).

Para Louro (2000), desconstruir essa forma de pensar desmistifica esses dois planos homem e mulher, retira-se esse pensamento de como se fossem dois polos diferentes e não pudessem ocorrer as interações entre eles. Essa proposta da desconstrução das dicotomias busca enfatizar estes dois polos não existem, ocorre uma pluralidade e, através dessas dicotomias pode ser um dos primeiros passos para um questionamento das relações de gênero levando ao fim do sexismo. Para a autora, existe uma lógica dualista que rege as polaridades, desmontando não apenas a ideia de que cada um dos polos masculino e feminino está presente um no outro, mas também que as oposições foram e são historicamente construídas. Esse processo de desconstrução não ocorre de maneira simples, mas ao longo prazo através de uma reflexão sobre as formas como as crianças se relacionam diante das diferenças de gênero na infância. É de extrema necessidade desconstruir a lógica binária na apresentação do mundo para as crianças: enquanto brinquedos e brincadeiras assumirem papéis de masculino ou feminino na escola estaremos fadados ao insucesso. Apesar de todas essas situações apresentadas estarem implícitas no dia a dia da escola e nas práticas pedagógicas de alguns docentes, a temática

ainda é muito restrita, geradora de medo, desconhecimento e pouco científico. Deve-se sair do senso comum, do conservadorismo, do obscurantismo, sobrepondo-se a vigilância epistêmica, no agir de forma questionadora, enfrentando o que nos causa tanto receio e que nos destina a fortalecer recrudescimento, desfazendo mitos e tabus no sentido de disponibilizar um material de qualidade com temáticas que toquem aqueles que diariamente compõem e constroem o fazer pedagógico para emancipar por meio da educação e das meninas e dos meninos pode ser uma forma de florescer dentro dos muros das escolas.

Uma excelente leitura para todas e todos!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MUJERES Y EDUCACIÓN: UNA HISTORIA EN LA PROVINCIA MEXICANA A MEDIADOS DEL SIGLO XX

Cirila Cervera Delgado

Mireya Martí Reyes

Esteffany Muñiz Paz

DOI 10.22533/at.ed.5112030091

CAPÍTULO 2..... 12

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM TEMPOS DE PANDEMIA GERADA PELO NOVO CORONAVÍRUS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA ATUAÇÃO DO ESTADO E O PAPEL DO DIREITO

Andressa Santos de Almeida

Tercília Júlia Oliveira Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.5112030092

CAPÍTULO 3..... 24

DIÁLOGOS ENTRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA IDENTIFICAÇÃO FEMININA, DA DICOTOMIA À FRAGMENTAÇÃO

Rafaela Sepulveda Aleixo Lima

Laís Teixeira Lima

DOI 10.22533/at.ed.5112030093

CAPÍTULO 4..... 36

A CULTURA MASCULINIZADA DO AUTOMÓVEL E A FORMAÇÃO DO MOTORISTA BRASILEIRO

Carla Rezende Gomes

DOI 10.22533/at.ed.5112030094

CAPÍTULO 5..... 56

A GAROTA PIN-UP: OBJETIFICAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO DA MULHER NA CONTEMPORANEIDADE

Ana Paula Oliveira Barros

DOI 10.22533/at.ed.5112030095

CAPÍTULO 6..... 62

DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DA DIFERENÇA SEXUAL

Rogério Goulart da Silva

DOI 10.22533/at.ed.5112030096

CAPÍTULO 7..... 73

MEDICALIZAÇÃO E GÊNERO: BREVES REFLEXÕES SOBRE A CIÊNCIA E AS PRÁTICAS DE SAÚDE DA MULHER

Júlia Gonçalves Barreto Baptista

Thais Maria Nogueira da Gama

Paula Land Curi

DOI 10.22533/at.ed.5112030097

CAPÍTULO 8..... 84

ESTUDO DISCURSIVO SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Carlos Roberto Bezerra Costa

DOI 10.22533/at.ed.5112030098

CAPÍTULO 9..... 96

UMA VOZ FEMININA E DISSONANTE NA EDUCAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE 1946 -1950: MARIA ANGÉLICA DE CASTRO

Cleyde Oliveira de Castro

Murilena Pinheiro de Almeida

Maria de Lourdes Esteves Bezerra

Maria Evanilde Barbosa Sobrinho

Emerson Marques Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.5112030099

CAPÍTULO 10..... 110

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: O CASO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

Jascira da Silva Lima

DOI 10.22533/at.ed.51120300910

CAPÍTULO 11 118

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: OS REFLEXOS DO PATRIARCADO NAS RELAÇÕES LABORAIS FEMININAS

Leticia dos Santos Sousa

DOI 10.22533/at.ed.51120300911

CAPÍTULO 12..... 123

GERENCIALISMO NEOLIBERAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Paula da Luz Galvão

DOI 10.22533/at.ed.51120300912

CAPÍTULO 13..... 134

PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE ACERCA DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: REVISÃO INTEGRATIVA

Bruna Heintze Ferreira

Franciéle Marabotti Costa Leite

Letícia Peisino Buleriano

Rita de Cássia Duarte Lima

DOI 10.22533/at.ed.51120300913

CAPÍTULO 14..... 155

PERFORMANCE DE GÊNERO: HETEROTOPIAS INVENTIVAS NA EDUCAÇÃO

Caroline do Socorro Freitas Maciel

José Valdinei Albuquerque Miranda

DOI 10.22533/at.ed.51120300914

CAPÍTULO 15.....	165
A FORÇA SIMBÓLICA DAS POLÍTICAS DE COTAS DE GÊNERO NO BRASIL	
Pollyane Cunha Ferreira Rita de Cássia Alanna Pereira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.51120300915	
CAPÍTULO 16.....	187
A INSERÇÃO DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO MARANHÃO	
Rosylene Conceição Soares Cutrim Sirlene Mota Pinheiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51120300916	
CAPÍTULO 17.....	201
PRESENÇA DAS MULHERES NOS SINDICATOS DOCENTES NO BRASIL	
Adenilde de Souza Dantas Maria Helena Santana Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.51120300917	
CAPÍTULO 18.....	214
SOBRE ESPAÇOS DE TEORIZAÇÃO FEMINISTA E SUAS OPRESSÕES	
Jacqueline Mary Soares de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.51120300918	
CAPÍTULO 19.....	224
AS LACUNAS DE GÊNERO NA DOCÊNCIA DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS	
Glauce Margarida da Hora Medeiros Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão	
DOI 10.22533/at.ed.51120300919	
CAPÍTULO 20	242
REDES DE SOCIABILIDADE, RELAÇÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DO FUTEBOL FEMININO	
Reinaldo Eduardo da Silva Sales Mayara Mendes Leal Helen Batista da Silva Ítalo Fabiano Corrêa Silva Paulo Henrique Garcia da Silva Thiago Roniere do Rosário Matos	
DOI 10.22533/at.ed.51120300920	
CAPÍTULO 21.....	253
INTERVENÇÃO EDUCATIVA PARA MELHORIA DE CONHECIMENTO SOBRE IST/HIV/ AIDS ENTRE ADOLESCENTES E JOVENS	
Karoline Pontes Cavalcante Manguinho Priscila de Vasconcelos Monteiro	

Maria Lúcia Duarte Pereira
Monalisa Rodrigues da Cruz
Catarina Laborê Vidal Fernandes
Alana Kelly Áfio Caetano
Bruna Karine Amorim da Costa
Rita Maria Silva Almeida
Rayssa Veras Camelo
Rita de Cássia Gadelha da Silva
Rachel Cabral Mota
Laryssa Sá Machado

DOI 10.22533/at.ed.51120300921

CAPÍTULO 22.....259

GÊNERO, SEXUALIDADE E SUBJETIVIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Melissa Camilo
Débora Cristina Machado Cornélio
Débora Fernandez Antonon Silvestre
Marilurdes Cruz Borges
Jeize Loici Back
Monique Delgado de Faria
Fabrício Augusto Correia da Silva

DOI 10.22533/at.ed.51120300922

SOBRE A ORGANIZADORA.....277

ÍNDICE REMISSIVO.....278

CAPÍTULO 1

MUJERES Y EDUCACIÓN: UNA HISTORIA EN LA PROVINCIA MEXICANA A MEDIADOS DEL SIGLO XX

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/09/2020

Cirila Cervera Delgado

Universidad Autónoma de Zacatecas;
Departamento de Educación de la Universidad
de Guanajuato, México.
<https://orcid.org/0000-0001-8036-838X>

Mireya Martí Reyes

Instituto Superior de Arte de la Habana, Cuba;
Departamento de Educación de la Universidad
de Guanajuato, México
<https://orcid.org/0000-0001-8959-7541>

Esteffany Muñoz Paz

Universidad Autónoma de San Luis Potosí,
México. Investigación Científica Universidad de
Guanajuato.

RESUMEN: Este artículo se deriva de una investigación más amplia, cuyo objetivo es documentar los aspectos que han favorecido o no el acceso de las mujeres a la educación escolarizada. Presentamos la experiencia en torno a la educación escolar de seis mujeres de los estados mexicanos de Guanajuato y San Luis Potosí, dentro de un horizonte temporal de 1930 a 1965. Con la investigación buscamos respuestas a preguntas como estas: ¿Qué aspectos han influido en la trayectoria escolar de las mujeres? ¿Cuál es la perspectiva de las mujeres con respecto a las oportunidades de acceso a la educación para ellas durante el siglo pasado? ¿Cuál es el papel que juega el

contexto más próximo en la educación escolar de las mujeres? El tema está abordado desde la perspectiva de la historia de las mujeres; Flecha (2004) ubica su irrupción cuando ellas sintieron la necesidad de explicarse a sí mismas acudiendo a su pasado y a su genealogía; en el mismo enfoque, aplicamos el concepto de género para descubrir la historicidad de los roles sexuales y valorar la especificidad personal y contextual (Flecha, 2004) de las mujeres que nos obsequian sus relatos biográficos. En el mismo sentido, seguimos a Moreno (2017), en tanto que afirma que el enfoque biográfico-narrativo necesita de un talante interpretativo que se da por medio de la escritura. Así pues, las historias de vida son un medio para abordar las experiencias de vida de las personas y ubicarlas en un contexto político y social (Bolívar, 2014). Además, al acudir a otras fuentes, se comprenden los patrones de relaciones sociales, construcciones e interacciones en que la vida está envuelta (Goodson, 2003 y 2005). La base la constituyó la realización de entrevistas temáticas, que aportaron elementos para la construcción de las historias de vida, como nuestras fuentes primarias. Para darle un sentido histórico al estudio, se realizó una revisión bibliográfica complementaria en fuentes secundarias. Podemos concluir que el análisis de las historias de vida de las mujeres que participan en la investigación permite detectar los factores que más inciden en su exclusión del sistema educativo formal: el contexto socio-económico y cultural, y la carencia de centros educativos cercanos o en las localidades en donde vivieron su infancia. En este sentido, comprobamos la influencia que ejerce el contexto social y que,

para empezar, es un agregado a la discriminación que sufren ellas: por ser mujeres y por estar alejadas de las oportunidades que suelen brindar las grandes urbes.

PALABRAS CLAVE: Historias de vida, Educación de mujeres, Género, Educación formal, Siglo XX.

WOMEN AND EDUCATION: A STORY IN THE MEXICAN PROVINCE IN THE MID-20TH CENTURY

ABSTRACT: This article is derived from broader research, which aims to document aspects that have or have not favored women's access to schooled education. We present the experience around the school education of six women from the Mexican states of Guanajuato and San Luis Potosí, within a time horizon from 1930 to 1965. With research we seek answers to questions like these: What aspects have influenced women's school journey? What is women's perspective on opportunities for access to education for them over the past century? What is the role of the nearest context in women's school education? The issue is addressed from the perspective of women's history; Flecha (2004) locates their emergence when they felt the need to explain themselves by going to their past and their genealogy; in the same approach, we applied the concept of gender to discover the historicity of sexual roles and assess the personal and contextual specificity (Arrow, 2004) of the women who give us their biographical stories. In the same sense, we follow Moreno (2017), while stating that the biographical-narrative approach needs an interpretive character that is given through writing. Thus, life stories are a means of addressing people's life experiences and placing them in a political and social context (Bolívar, 2014). In addition, when going to other sources, we understand the patterns of social relationships, constructions and interactions in which life is wrapped (Goodson, 2003 and 2005). The basis was the conduct of thematic interviews, which provided elements for the construction of life stories, such as our primary sources. To give a historical meaning to the study, a complementary bibliographic review was carried out in secondary sources. We can conclude that the analysis of the life stories of women involved in research makes it possible to detect the factors that most affect their exclusion from the formal education system: the socio-economic and cultural context, and the lack of nearby schools or in the places where they lived their childhood. In this sense, we see the influence exerted by the social context and which, in the first place, is an addition to the discrimination they suffer: because they are women and because they are far from the opportunities that large cities often provide.

KEYWORDS: Life stories, Women's education, Gender, Formal education, 20th century.

1 | INTRODUCCIÓN

Las mujeres, como objeto de estudio, han sido abordadas desde distintas perspectivas; sin desconocerlo, por una cuestión meramente analítica, acotamos el tema al campo de la historia de las mujeres, que emergió cuando éstas sintieron la necesidad de explicarse a sí mismas acudiendo a su pasado y a su genealogía, como lo documenta Flecha (2004). Asimismo, a través de la investigación con enfoque cualitativo se puede realizar un análisis sobre el contexto social y comprender así acontecimientos o situaciones

que han sido significativas para la conformación de la identidad. Moreno (2017) expone que la investigación cualitativa en torno al enfoque biográfico-narrativo necesita de un fuerte talante interpretativo que se da por medio de la escritura; así pues, encontramos en las historias de vida un medio que nos permite abordar las experiencias de vida (en este caso, de mujeres) y ubicarlas en un contexto político y social, ya que, como plantea Bolívar (2014), conducir toda la cuestión biográfica-narrativa al ángulo personal, sin conectarla con el sustrato social y político nos llevaría a una visión ingenua. Empero, al transformar los relatos de vida en historias de vida, quien investiga aporta una parte activa; aporta su sentido a las narrativas haciéndolas parte de la historia más amplia. Es decir, con la voz de las y los protagonistas de una historia y con su propia voz, el investigador construye la historia. El mismo Bolívar advierte que los relatos que [...] nos cuentan son siempre singulares, selectivos y específicos, situados en un espacio y tiempo. Por eso mismo deben ser complementados o “triangulados” con otras narraciones del mismo sujeto, en espacios y tiempos ampliados, en primer lugar, y con otros medios (documentos, testimonios orales) que ayuden a comprender el contexto donde toman un sentido más amplio. Relatos autobiográficos sí, pero reelaboración biográfica también. (Bolívar, 2014, p. 715).

Por otro lado, como rasgo de la validez de la investigación cualitativa, se reconocen las interacciones entre las personas: las que investigan y las que son investigadas, esto es, entre las presumibles “objetividad” y “subjetividad”. El auge de las metodologías cualitativas (la historia oral incluida), se puede explicar, porque, en palabras de Vicente Sisto:

los procesos de transformación social de nuestras sociedades contemporáneas se están concretando en procesos más simbólicos y subjetivos: los modos de construir identidad y de significar los espacios y procesos sociales [...] Para comprender el devenir social, se hace urgente indagar los significados que construyen los sujetos, pues son estos los que basan la acción individual. (Sisto, 2008, p. 115).

Con estos antecedentes, en el presente texto damos a conocer los aspectos que han favorecido o no el acceso de las mujeres a la educación en el periodo de 1930-1955, residentes en las ciudades de Salvatierra (Guanajuato) y San Luis Potosí (San Luis Potosí), mediante el análisis de sus relatos de vida, que, al constatarlos con distintas fuentes, transformamos en historias de vida con la finalidad de comprender los patrones de relaciones sociales, construcciones e interacciones en que las vivencias están envueltas (Goodson, 2003 y 2005), destacando el aspecto de la educación escolar.

¿Qué aspectos han influido en la trayectoria, o no, escolar o académica de las mujeres? ¿Cuál es la perspectiva de las mujeres con respecto a las oportunidades de acceso a la educación para ellas durante el siglo pasado y la actualidad? ¿Cuál es el papel del contexto familiar? Estas son algunas de las cuestiones que se buscan responder a través del análisis de las historias de vida. Pedraza (2011) agrega la cuestión ¿qué educación deben recibir quienes ostentan las características corporales del sexo femenino? Porque pareciera que, precisamente, la condición de ser mujer la relega a un plano privado, con

actividades específicas como dedicarse a las tareas del hogar y al cuidado de la familia y, aunque hay participación laboral, ésta es limitada y prácticamente nunca remunerada.

Asimismo, aplicar el concepto de género ayuda a descubrir la historicidad de los roles sexuales y de género, y a valorar la especificidad personal y contextual (Flecha, 2004). Cabe aclarar que *diferencia* no es *desigualdad*: es claro que hombres y mujeres somos distintos, pero esa diferencia ha sido entendida como la justificación para optar por medidas desiguales en el trato a hombres y mujeres, como entender y aplicar derechos, oportunidades y obligaciones distintas. Tomando esto en cuenta, y en el marco de una nueva historia de la educación de las mujeres y hacer visible su presencia en ella, nos adherimos a la propuesta de Flecha (2004):

1. Entender y aceptar la dimensión social y pública de la educación recibida por las mujeres.
2. Permitir una visión de la historia de las mujeres no victimista que lleve a afirmar la capacidad de la cultura femenina.
3. Considerar a las mujeres también como actoras en la historia de la educación, creadoras de historia en el quehacer educativo.

Consideramos que una forma de contribuir a esta nueva historia es a través del presente trabajo, acercando a las y los lectores a la comprensión de la situación educativa de las mujeres mexicanas de provincia que reseñamos en su momento.

2 | UN ENFOQUE REIVINDICADOR PARA LA COMPRESIÓN DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN DE LAS MUJERES

Un hecho histórico afecta a ciertos sectores de la población de manera distinta, quizá una situación tuvo consecuencias benéficas para la clase alta de la sociedad, pero no para la clase baja; quizá los hombres obtuvieron ciertos derechos, pero no las mujeres. Es así como las historias (diferentes por singulares circunstancias) toma distintos caminos historiográficos, dependiendo del enfoque con que se construyan e interpreten.

En la historiografía más tradicionalista, aquella dedicada a la historia de bronce, nos encontramos con escasas figuras de mujeres, en comparación con los hombres; cosa que está relacionada con el hecho de que por largo tiempo se negó la participación de la mujer en la educación, el trabajo, la política, incluso en la literatura, entre otras esferas. Gabriela Cano (en Mansuy, 2016) señala que la diferencia sexual promovió un sistema de relaciones sociales de género en el que cada sexo cumplía una función definida e inamovible en la sociedad: los hombres en el ámbito público, las mujeres en el privado. Por tanto, los roles que debían cumplir hombres y mujeres en la sociedad estuvieron bien delimitados durante mucho tiempo y quien se saliera de dichos cánones era juzgado negativamente; por tal razón, mujeres que triunfaron en la esfera pública y destacaron en distintas áreas quedaban en las sombras o no eran muy conocidas.

Cano (2001) señala que la historia de las mujeres no defiende tesis alguna sobre el progreso o el retroceso de la condición femenina en los diversos periodos históricos, sino que opta por ilustrar la diversidad de condiciones sociales, creencias religiosas, tradiciones culturales y trayectorias individuales de las mujeres, y mostrar que ni la condición femenina ni la masculina tienen esencia que las defina, sino que son construcciones históricas estrechamente relacionadas entre sí y cuya lógica resulta imposible de desentrañar. Así, no sería adecuado establecer un juicio valorativo sin antes conocer el contexto en donde se vivía: influyen y moldean -a veces determinan- la ideología, las costumbres y la moral; las decisiones y los hechos políticos, la promulgación y aplicación de políticas educativas; la condición económica y cultural; la integración de las familias, etcétera.

Justo es relevante recordar que hasta hace no más de 50 o 60 años, las mujeres tenían serias dificultades para acceder a la educación escolarizada. Herrera (2005) nos recuerda una raíz histórica de este hecho, al referir que, en la Nueva España, con las Reformas Borbónicas, los funcionarios deseosos de consolidar el poder de la Corona y de promover la riqueza colonial, impulsaron la educación de las mujeres y su incorporación a la fuerza de trabajo, pues vislumbraron que la cooperación femenina era esencial para el progreso y la prosperidad. Esta situación pudo representar una gran oportunidad para que la mujer participara en el mundo público; sin embargo, la enseñanza técnica brindada a las mujeres consideraba una escasa atención a su formación académica, ya que las tareas que realizaban no requerían de conocimientos científicos, sino técnicos.

Antaño, se ha considerado que las mujeres eran incapaces de conocer y, sobre todo, de enseñar como los hombres, las primeras letras; ellas debían encargarse del cuidado, la vigilancia y la educación de los espíritus más pequeños (Bertely y Alfonseca, 2008); o sea que, aunque las mujeres participaban de la enseñanza, su papel se limitaba a tareas de cuidado y no de transmisión de saberes. Se consideraba que, de aceptarse el ingreso de las mujeres a los estudios superiores y a la fuerza laboral más calificada, la condición femenina se desviaría de sus principales tareas, para verse forzada en terrenos en los cuales su naturaleza mostraría sus limitaciones. Esta situación obraría en desmedro de la atención que requerían el hogar, la familia y el matrimonio (Pedraza, 2011) y daría un mal ejemplo a futuras generaciones. Estos y otros prejuicios -inamovibles e indiscutibles hasta hace décadas- parecen haberse legitimado en la sociedad y dado paso al diseño de políticas de Estado que no consideran a las mujeres como personas capaces de desarrollarse a la par que los hombres.

Si bien los referentes anteriores aplican de manera genérica, en los contextos más particulares pueden replicarse alguna de esas condiciones y convicciones. Es lo que presentamos a continuación.

3 I LA EDUCACIÓN EN EL SIGLO XX EN GUANAJUATO Y SAN LUIS POTOSÍ: BREVE PANORAMA

En el municipio de Salvatierra, Gto., de acuerdo con Alejo (2009:166), es hasta el período posrevolucionario cuando se empiezan a sentar las bases de la actual estructura educativa. Por decreto del 11 de mayo de 1915, el gobierno del estado señalaba la obligación de establecer escuelas de instrucción primaria para niños y adultos, cubriendo la mayor parte del gasto el propio gobierno estatal y la tesorería municipal. Después de 1940, las principales contribuciones a la educación primaria se dieron con la fundación de la escuela “La Reforma”, en 1942, con recursos de la fábrica del mismo nombre, dentro del Sistema de Escuelas Artículo 123, previsto en la Constitución Política de 1917 (Alejo, 2009:179).

En cuanto al nivel de educación secundaria, Alejo (2009:180) documenta que en el municipio se empezó a impartir con la fundación de la “Escuela de Enseñanzas Especiales No. 9”, el 26 de julio de 1945. En 1965, las religiosas Guadalupanas comenzaron a impartir enseñanza secundaria incorporada a la federación, sustituyendo los estudios de carrera comercial que venían impartiendo. En 1968, se estableció la escuela secundaria nocturna “20 de noviembre”. Así pues, siguieron las fundaciones de las escuelas secundarias en las comunidades del municipio y se instauró la modalidad de telesecundaria.

El nivel medio superior o bachillerato se impartió en Salvatierra por primera vez en 1969, al fundarse la preparatoria “Guadalupe Victoria”, obra también de las religiosas Guadalupanas. El 28 de septiembre de 1970, inició sus actividades académicas la actual Escuela del Nivel Medio Superior de Salvatierra, plantel de la Universidad de Guanajuato. Le siguió, en 1981, el Centro de Estudios Tecnológicos (CET 89), y cuatro años después, el Colegio Nacional de Educación Profesional Técnica (CONALEP). Los estudios de licenciatura tienen como antecedente en Salvatierra, el establecimiento de estudios de Normal Primaria, el 1° de septiembre de 1978; y la Escuela de Trabajo Social, en septiembre de 1983 (Alejo, 2009:180). De esta manera, vemos como se fueron generando instituciones educativas de distintos niveles en la ciudad; por una parte, el sistema federal y estatal fueron proveyendo los servicios de educación básica y media superior; mientras que la oferta privada y la Universidad de Guanajuato incidieron, principalmente, en la educación superior, incluyendo opciones de posgrado (esto ya en la década del 2000).

Es evidente que en Salvatierra se fueron consolidando instituciones educativas de distintos niveles y características. Sin embargo, como se expondrá más adelante, las normas sociales y/o parentales chocaban con permitir el acceso y continuidad en la educación escolar a las mujeres. Salvatierra es un municipio de arraigadas tradiciones culturales, con gran apego a las labores agrícolas (forma parte del llamado “granero del Bajío”), por sus fecundas tierras de cultivo. Su cercanía con el vecino estado de Michoacán, le hace un lugar híbrido entre las culturas mesoamericana y aridoamericana.¹

1. Los historiadores fijan la frontera entre Mesoamérica y Aridoamérica en el Siglo XVI cruzando el estado actual de Guanajuato, pero un poco más al norte de Salvatierra. En esta delimitación, San Luis Potosí será territorio aridoamericano, cuna de la gran chichimeca, de las culturas del norte.

En el caso de la ciudad de San Luis Potosí, desde el siglo XVI, en conventos y misiones se habían instituido, muy rudimentariamente, escuelas de primeras letras, con la función de catequizar, principalmente; sin embargo, la política anticlerical se agudizó cuando el gobierno de Calles ordenó reglamentar los artículos de la Constitución que afectaban la posición de la Iglesia católica. El gobierno de Abel Cano procedió, en el mes de febrero de 1926, a la clausura del Colegio del Sagrado Corazón (institución para mujeres que tenía un internado al que asistían hijas de familias de clase media y alta provenientes de varias ciudades del país), por no impartir instrucción laica. (<http://bibliotecadigital.ilce.edu.mx/sites/estados/libros/sanluis/html/slp.html>).

Posteriormente, el Gobernador Gonzalo N. Santos (1943-1949), aplicó una política pública con la que impulsó obras materiales importantes, como la construcción de la Escuela Normal del Estado, ícono de la formación docente en esta región del país y, claramente, una opción para la educación profesional para ellas, y cuya explicación se puede consultar en la página <http://bibliotecadigital.ilce.edu.mx/sites/estados/libros/sanluis/html/slp.html>

San Luis Potosí se convirtió en ciudad capital del mismo nombre, que no es el caso de Salvatierra. La acotación nos parece necesaria, dado que se plantea cómo los contextos favorecen o no la inclusión de las mujeres en el sistema de educación formal.

Estos breves párrafos nos permiten darnos cuenta de las posibilidades reales, pero también escasas y lejanas para que las mujeres accedieran a la educación formal; en esos escenarios, se seguían presentando dificultades para su participación en dicho ámbito: por la reducida oferta y, sobre todo, por las condiciones del ámbito cercano de la cuna y las familias de las mujeres. Ante esto, cabe retomar el planteamiento de Morales (2015), quien afirma que ellas constantemente enfrentan los estereotipos que se crean en la sociedad y los aceptan, o ni siquiera se dan cuenta de que inciden en sus vidas, trayectorias e historias, y pueden limitar o desviar las decisiones educativas.

4 | EL ESTUDIO EMPÍRICO: HISTORIAS DE VIDA DE MUJERES EN RELACIÓN CON LA EDUCACIÓN

La metodología de la investigación es cualitativa, a partir del análisis de historias de vida. Se efectuaron entrevistas semiestructuradas, que abarcan las siguientes dimensiones: Familia y primera infancia, Escolaridad, Desempeño laboral, y Expectativas de vida y visualización de la educación formal de las mujeres.

Para el estudio se seleccionaron, por conveniencia, seis mujeres: tres del estado de San Luis Potosí y tres del estado de Guanajuato, nacidas durante el periodo 1930-1955. Las mujeres provienen de un nivel socioeconómico medio, medio-bajo y bajo, con escolaridad primaria, primaria trunca y técnica, ocupadas en trabajos informales o dedicadas al hogar.

Las participantes residentes de Salvatierra, Gto., son: la señora Adela, de 68 años de edad, casada, jubilada y ama de casa, con carrera técnica. La señora Eloísa, de 86 años

de edad, viuda, pensionada y ama de casa, con primaria trunca. La señora Luisa, de 86 años de edad, viuda, comerciante, con primaria.

Las participantes residentes de San Luis Potosí, San Luis Potosí, son: la señora Amelia, de 69 años de edad, viuda, ama de casa, con primaria trunca. La señora Magdalena, de 70 años de edad, casada, pensionada, sin escolaridad. La señora Sara, de 70 años de edad, casada, ama de casa, con primaria trunca.

5 | LA VOZ DE LAS MUJERES: HISTORIAS DE VIDA EN UN RELATO HISTÓRICO EN TORNO A LA EDUCACIÓN

Los resultados presentados a continuación dan cuenta del análisis de la información proporcionada por las participantes en el estudio: Adela, Amelia, Luisa, Sara, Magdalena y Eloísa nos permitieron compartir sus vivencias, a través de las cuales se puede vislumbrar el periodo y las situaciones que vivieron, así como el modo en que las afrontaron y los sentimientos que les causa el recordar. De las seis participantes en el proyecto, tres tienen primaria trunca, una no asistió a la escuela, la otra terminó la primaria y la última tiene formación técnica. Proviene de un sector socioeconómico medio, medio-bajo y bajo.

La infancia de las participantes, a pesar de que provenían de ciudades o comunidades distintas, tienen varias semejanzas. Entre éstas, encontramos la convivencia con sus vecinos y los juegos en que participaban: rondas, escondidas, matatena, cebollitas, el coyote, muñecas. Todas las participantes, a excepción de la señora Adela, refieren que tuvieron una infancia feliz; Adela comenta que su niñez fue triste porque no la disfrutó, dado que debía cuidar de sus hermanos menores (rasgo definitivamente presente en esos contextos), ella menciona que en varias etapas de su vida sintió que no tenía mamá, incluso llegó a valorarse como la mentora de sus hermanos porque los atendía y, los dos más pequeños, inclusive, la llamaban mamá.

Es importante mencionar que algunas participantes refieren situaciones que compartían con sus padres y, que, a la fecha, les resultan significativas, por seguir las practicando. Tal es el caso de la señora Luisa, quien comenta que, de chica, sus hermanas y ellas se reunían para tejar con su madre (práctica que refleja de modo fehaciente, el paso del conocimiento entre generaciones), actividad que aún le resulta muy agradable y la practica cuando tiene tiempo. Magdalena recuerda con agrado el salir con su hermano a cuidar de los animales (se refiere al ganado) de la familia e ir a cosechar lo que su padre sembraba en la parcela familiar. Y Amelia, quien comenta que de niña era llevada con sus hermanos por su papá a ver la lucha libre (un caso poco típico, puesto que el deporte se considera como pasatiempo más de los varones... es más, la sola salida recreativa con el papá y los hermanos, marca cierta ruptura contra lo esperado para la época), deporte que disfruta ver en la televisión en la actualidad. Todas estas situaciones fueron valiosas para estas mujeres, pues representaban la convivencia con sus seres queridos. Esos entornos son formativos e inciden en el desarrollo de todas las posteriores experiencias de vida.

Asimismo, en las entrevistas se encontraron varios aspectos que intervinieron para que las participantes pudieran comenzar y/o continuar sus estudios académicos, tal como la falta de recursos económicos de las familias. El trabajar y/o ayudar en las labores del hogar, para apoyar económicamente a los padres o en la atención de los hermanos más pequeños (pues algunas familias eran muy numerosas), generalmente quien tenía que cuidar de los hermanos menores era la primera de las hijas.

Respecto de la accesibilidad a espacios educativos y laborales, ubicamos que el lugar en donde vivían las participantes no contaba con una institución educativa y, por tal razón, las y los niños no estudiaban; es este caso, si había la oportunidad de ir a una escuela más o menos retirada, se prefería que lo hicieran los niños varones, no las niñas; también se presentaba la situación de la falta de opciones de empleo, o que las existentes no eran permitidas para que trabajaran las mujeres (ya sea por el trabajo a realizar o por la población de hombres que prevalecía), por lo que la mujer tenía que cambiar de residencia, buscar empleo en municipios cercanos y trasladarse diariamente a ellos o emprender algún negocio informal.

Por último, documentamos la falta de aspiraciones o de interés hacia la educación formal por parte de las participantes. La señora Eloísa, por ejemplo, comenta que de joven no albergó sueños o metas, porque sabía que a su familia no le alcanzaba el dinero; la señora Luisa no recuerda que tuviera aspiraciones; y la señora Sara abandonó la escuela primaria porque refiere que no le gustaba “quemarse las pestañas”. Este tipo de respuestas, sin duda, ha justificado las enormes brechas de desigualdad en el ámbito educativo: ellas no van a la escuela porque no quieren o no les interesa. Preguntemos, ¿qué tipo de aspiraciones podrían tener niñas de aquella época que no veían más allá de un reducido mundo de la cocina, la casa, la parcela?, ¿qué ejemplos de superación femenina podrían albergar, si desde pequeñas eran testigos del destino manifiesto que les aguardaba siendo cuidadoras, hijas y esposas dependientes de la voluntad de un varón? Como afirmamos, infancia puede ser destino.

Con respecto a la perspectiva de las participantes sobre la educación de las mujeres, algunas comentan diferencias de oportunidades de educación para hombres y mujeres cuando a ellas les tocó estudiar y observan mayor igualdad en la actualidad. Adela comenta que aún hay padres que no permiten que sus hijos estudien, principalmente a las mujeres: “Tiene que ver con la ignorancia de los papás, no piensan en que deben dejar desarrollarse bien a los hijos, que es por su bienestar” y recalca la importancia de seguir estudiando [hasta la Universidad]. Amelia explica que actualmente sí existen las mismas oportunidades de educación, porque hombres y mujeres tienen que trabajar para mantener a su familia y, para eso es necesario estudiar. Ella agrega: “Hay que estudiar, es importante para encontrar trabajo. La situación ha cambiado porque la mujer ya no es sumisa”. Eloísa menciona que ahora sí hay las mismas oportunidades de educación para todos: “Los tiempos han cambiado, tiene que haber más educación”; refiere que la

educación sí ha cambiado, pues antes la gente no solía terminar la educación primaria: “En las familias, cada integrante tenía sus deberes, por lo que los tenían controlados. Los hombres no dejaban salir a las mujeres”. Magdalena afirma que la educación ha cambiado mucho, no había las mismas oportunidades para estudiar que hay ahora: “Hombre y mujer son iguales, anteriormente el hombre mandaba, los papás eran más delicados con las hijas, las protegían mucho, las querían trabajando y en la casa”. Ella añade que es necesario estudiar para vivir mejor y tener otras experiencias. Luisa considera que siempre ha habido las mismas posibilidades de estudio para mujeres y hombres.

6 | CONCLUSIONES PARA CONTINUAR EL CAMINO DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN DE LAS MUJERES

A través de la historia de la educación, nos encontramos con sectores de la población que han sido desfavorecidos en este aspecto, ya sea porque se les ha negado el acceso a instituciones educativas, la calidad de educación que han recibido es distinta o limitada. En el caso de las mujeres, durante mucho tiempo se las confinó al mundo privado. Pedraza (2011), señala que la educación de las mujeres se consolidó como una doctrina pedagógica que se transmite de manera opaca, práctica y moral. A la fecha, podemos detectar preceptos que dictan el modo de actuar, pensar y sentir; no sólo de mujeres, sino también de hombres. Estas normas sociales no están escritas, se transmiten de manera indirecta a través del lenguaje y comportamiento en las familias, identificadas perfectamente en el caso de las participantes.

Se concluye que cinco de las participantes enfrentaron dificultades para continuar sus estudios debido a la falta de recursos económicos, sólo una participante dejó la escuela por decisión propia. De acuerdo con la muestra, es evidente que las participantes se enfrentaron a diferentes situaciones que les impidieron acceder y/o continuar con su formación académica, siendo la falta de recursos económicos la variable principal. En general, se observa que las mujeres coinciden en que actualmente hay mayor posibilidad de estudio para las mujeres, a diferencia de cuando a ellas les tocó estudiar. Tajantemente, afirman, los hombres siempre tuvieron más apoyo y más escuelas. A la larga, reconocen la importancia de prepararse académicamente para tener un buen empleo y mejorar su calidad de vida, opción que no les fue permitida a ellas.

REFERENCIAS

Alejo, M. (2009). *Historia y evolución de Salvatierra*. México: Comisión Estatal para la Organización de la Conmemoración del Bicentenario del inicio del movimiento de Independencia Nacional y del Centenario del inicio de la Revolución Mexicana del Gobierno del Estado de Guanajuato.

Bertely, M. & Alfonseca, J. (2008, julio-septiembre) Reseña de “Entre imaginarios y utopías: historias de maestras” de Luz Elena Galván Lafarga y Oresta López Pérez (coordinadoras) *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, vol. 13, núm. 38, pp. 981-997. Recuperado el 29 de junio de 2017, de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14003814>

Bolívar, A. (2014, julio-septiembre). Las historias de vida del profesorado. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, núm. 62, Vol. 19, pp. 711-734. Recuperado el 21 de junio de 2017, de <http://www.redalyc.org/pdf/140/14031461004.pdf>

Cano, G. (2001). Mujeres de Occidente: Reseña de Georges Duby y Michelle Perrot, Historia de las mujeres en Occidente. *Letras libres*, núm. 28, pp. 78-80. Recuperado el 8 de julio de 2017, de <http://www.letraslibres.com/mexico/libros/historia-las-mujeres-en-occidente-george-duby-y-michelle-perrot>

Flecha, C. (2004). Las mujeres en la historia de la educación. *Revista de Educación*, 6. Pág. 21-34. Recuperado el 27 de junio de 2017, de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1068261>

Goodson, I. (2003). *Professional knowledge, professional lives: Studies in education and Change*. Philadelphia: Open University Press

Goodson, I. (2005). Representing teachers: bringing teacher back in. En Goodson, I. (Ed.), *Learning, curriculum and life politics: Selected works by professor I.F. Goodson* (pp. 223-231). Londres: Routledge.

Mansuy, C. (2016). Matilde Montoya: Fuentes para el análisis de la educación de la mujer mexicana finisecular. *Signos Históricos*, núm. 36, Vol. 18, pp. 182-192. Julio-diciembre de 2017. Recuperado el 25 de junio de 2017, de <http://www.redalyc.org/pdf/344/34449697006.pdf>

Morales, G. (2015). Retrato narrativo de las experiencias, retos y motivaciones de la mujer adulta: estudiante del Programa Doctoral en Educación. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, Núm. 16, Vol. VI, pp. 143-163. Mayo-agosto de 2015. Recuperado el 19 de junio de 2017, de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2007287215000098>

Moreno, R. (2017). Hermenéutica y ciencias sociales: a propósito del vínculo entre la interpretación de la narración de Paul Ricoeur y el enfoque de investigación biográfico-narrativo. *Análisis*, 49(90), 207, pp. 205-228. Enero-junio de 2017. Recuperado el 21 de junio de 2017, de <http://revistas.usta.edu.co/index.php/analisis/article/view/3229>

Pedraza, S. (2011). La educación de las mujeres: el avance de las formas modernas de feminidad en Colombia. *Revista de Estudios Sociales*, Núm. 41, pp. 72-83. Diciembre de 2011. Recuperado el 19 de junio de 2017, de <http://www.redalyc.org/html/815/81522362006/>

Sisto, V. (2008). La investigación como una aventura de producción dialógica: La relación con el otro y los criterios de validación en la metodología cualitativa contemporánea. *Psicoperspectivas*, VII, 114-136. Recuperado el [día] de [mes] de [año] desde <http://www.psicoperspectivas.cl>

Sitio web <http://bibliotecadigital.ilce.edu.mx/sites/estados/libros/sanluis/html/slp.html>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise de Discurso 84, 90, 224, 227, 239

Assédio 118, 119, 120, 121, 122, 183, 203

C

Cidadania 20, 36, 53, 54, 65, 126, 172, 187, 191, 193, 199, 226, 238, 272, 273, 274

Coeducação 62, 70, 71

Cultura 24, 96, 97, 99, 104, 105, 106, 108, 155, 213, 241, 272, 273, 277

Cultura Machista 96

D

Desigualdade 12, 16, 26, 63, 64, 110, 114, 116, 120, 134, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 177, 178, 188, 194, 224, 226, 237, 238, 239, 271

Diferença Sexual 28, 31, 32, 62, 63, 66, 67, 68, 70, 71, 157, 190

E

Educação 35, 36, 38, 41, 53, 54, 55, 62, 68, 70, 71, 83, 94, 96, 97, 99, 100, 102, 104, 105, 106, 108, 109, 117, 155, 164, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 212, 213, 226, 228, 240, 241, 252, 254, 263, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 277

Educação Formal 111, 132, 140, 142

Ensino de Língua Portuguesa 84, 85

Estereótipos 16, 39, 41, 44, 62, 63, 68, 69, 71, 80, 84, 85, 91, 162, 202, 218, 249, 250, 265, 276

F

Feminismo 24, 25, 26, 27, 28, 31, 35, 66, 82, 83, 123, 131, 154, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 184, 186, 202, 212, 214, 216, 218, 220, 221, 222, 223, 270

Formação de Motoristas 36

G

Gerencialismo Neoliberal 123

Gestão Educacional 96

I

Identidade de Gênero 29, 70, 84, 91, 192, 193, 195, 197, 209, 210, 212

Identidade Feminina 24, 25, 27, 28, 30, 34, 87, 147, 210

Identidades 25, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 55, 61, 63, 84, 85, 93, 110, 111, 112, 132, 157, 196, 197, 201, 202, 207, 216, 221, 228, 233, 237, 268, 270, 271, 274, 275, 276

Imagem 40, 43, 56, 57, 58, 59, 61, 98, 133, 161, 162, 211, 226, 245, 273

Isolamento 12, 13, 16, 17, 18, 21, 23, 118

M

Masculinidades 36, 39, 55, 89

Medicalização 73, 76, 77, 78, 79, 80, 83

Moral 5, 10, 15, 53, 60, 99, 118, 119, 120, 121, 137, 143, 146, 147, 157

Mulher 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 42, 43, 44, 49, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 91, 92, 96, 98, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 159, 167, 168, 169, 170, 172, 178, 181, 183, 184, 187, 190, 194, 195, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 221, 225, 226, 227, 228, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 241, 243, 247, 248, 249, 250, 252, 259, 260, 261, 266, 273, 274, 275, 276

Mulheres 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 39, 40, 44, 49, 51, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 259, 260, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 273

P

Papéis de Gênero 36, 51, 54, 194

Patriarcalismo 26, 118, 119, 120, 121, 203, 212

Pin-Up 56, 57, 59, 60, 61

Políticas Públicas 115, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 166, 183, 190, 192, 194, 195, 221, 236, 240

Práticas Escolares 96, 102, 274

Q

Quebradeira de Coco Babaçu 110, 112, 117

S

Saúde da Mulher 73, 74, 80, 82, 113, 134, 142, 145, 149, 150, 152

Século XX 108

Sexualidade 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 54, 57, 58, 60, 61, 63, 66, 70, 71, 77, 79, 82, 83, 94, 95, 132, 143, 155, 156, 159, 163, 164, 169, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 212, 213, 216, 243, 244, 248, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277

T

Trabalhista 118, 203

Trânsito 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 159, 214, 218, 219, 220, 221

V

Violências 13, 15, 110, 113, 143, 198, 268, 269, 270, 271

RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 